

## Celebração do Dia da Praça – 8 Setembro 1936

### Sua importância na estrutura das FAs

Para melhor percebermos o que são as praças e a sua importância nas Forças Armadas e no País convém caracterizar a evolução ao longo dos tempos do seu estatuto e as diferentes dimensões da sua tripla identidade: profissional, militar e social.

Esta caracterização, ainda que em traços largos, permite um melhor entendimento da participação das praças no nosso percurso histórico e sobretudo na mudança dos regimes políticos: Monarquia – República e Ditadura – Democracia.

A celebração do dia da Praça numa data histórica e simbólica com referência a valores de solidariedade, coragem e liberdade, mostra a capacidade realizadora e a importância da classe na Instituição Militar e no todo Nacional.

Não irei abordar o significado e importância do 8 de Setembro. Sobre isso já falou o Dr. Pedro Ventura, no entanto farei referência a antecedentes históricos que ajudam a perceber o próprio 8 de Setembro e a desmontar a cabala que o regime salazarista inventou sobre as motivações e objectivos da revolta dos marinheiros.

Recentemente, a propósito do lançamento do livro do Geraldo Lourenço *“Retalhos da Vida de Marinheiros”* tratei o assunto da formação da identidade profissional, pelo que agora lhe farei apenas uma breve referência.

O profissional das armas: no mar, em terra ou no ar, através de um processo de formação mais ou menos longo e da prática profissional, adquire conhecimento e características necessárias à vida e à actuação em meios hostis.

Adquire também uma cultura, linguagem e metodologia de trabalho específicas, pratica naturalmente a solidariedade, a camaradagem e o associativismo, conhece o valor do trabalho e actuação em grupo.

Apesar da rápida evolução dos conhecimentos e dos constantes saltos tecnológicos, mantêm-se ao longo do tempo práticas semelhantes consubstanciadas nos valores transmitidos e na tradição assimilada.

Por diferentes vias: institucional, facultativa ou completamente autónoma, o militar forma o seu carácter, adquire aptidão profissional ou hábitos de disciplina, cultiva a relação social, assume responsabilidades e corre riscos, prepara o difícil equilíbrio entre a vida militar e da família, entre o serviço e a casa, entre o obrigatório e a livre escolha, entre a responsabilidade com cobertura hierárquica e sem cobertura.

Tem de saber integrar variáveis contraditórias o que por vezes é muito difícil. O profissional militar tornou-se senhor de um conjunto de padrões de comportamento, conhecimento e hábitos que o distinguem como grupo profissional, social e cultural.

O militar é, sem qualquer dúvida, um servidor do Estado e do País de que é cidadão cuja soberania e Constituição jurou, em cerimónia pública, defender com risco da própria vida. Compromisso único entre todos os cidadãos e classes profissionais.

Quem conscientemente aceita o sacrifício da própria vida não pode deixar de o fazer por valores éticos e morais, com o objectivo de garantir a continuidade da Pátria, a segurança e o bem estar dos seus concidadãos.

A Instituição Militar estrutura-se segundo dois princípios base: hierarquia e disciplina que devem coincidir com o mérito e competência e com a consciência da necessidade da disciplina consciente, livremente aceite. Por isso a importância fundamental do valor do exemplo que vem de cima.

É de uma enorme gravidade para a Instituição Militar e para o País que os responsáveis, nomeadamente os políticos, não dêem o exemplo do cumprimento da Lei e da Constituição, não dêem o exemplo da assunção pronta e clara das suas responsabilidades. Sem isso perdem autoridade moral e sem autoridade moral não podem exigir ou pedir seja a quem for, toda a responsabilidade, incluindo o sacrifício máximo.

Quanto à identidade social das praças convém fazer um leve esboço histórico.

Na Instituição militar, hoje Forças Armadas Republicanas, em tempos Forças do Rei (símbolo do Estado), as classes de oficiais, sargentos e praças correspondiam em grande parte às classes sociais: aristocracia e povo, ou nos tempos mais próximos, a diferentes estratos sociais conforme a alta e baixa hierarquia.

Antes da República as praças eram muitas vezes de recrutamento forçado, no caso dos marinheiros eram por vezes apanhados em rusgas nos bairros populares e metidos nos navios que partiam para longas viagens.

Não precisamos recuar muito no tempo, basta irmos ao início do sec. XIX para sentirmos a arbitrariedade e a violência da disciplina dos castigos corporais que se aplicava apenas às praças.

A dureza da vida a bordo, as deficientes condições de alojamento e higiene, aliadas à rigidez da disciplina e dos castigos corporais originaram casos célebres de insubordinação que hoje são marcos indelévels da luta dos homens pela sua dignidade, pelo progresso da Instituição Militar e da Sociedade.

Hoje o reconhecimento da Dignidade Humana e dos Direitos do Homem aplica-se igualmente a todas as pessoas sem qualquer distinção hierárquica ou de classe.

O dia que hoje celebramos foi também um marco na caminhada da luta pela dignidade, pela solidariedade e pela liberdade em que as praças assumiram todos os riscos e todas as responsabilidades, sem qualquer cobertura. Alguns pagaram tal ousadia pelo preço máximo da própria vida e outros pela aniquilação da sua liberdade por muitos anos.

Interessa aqui abordar um caso anterior, o da insubordinação dos Marinheiros da Armada Real no domingo 8 de Abril de 1906, iniciada no couraçado Dom Carlos (o maior navio da Armada), a que aderiram por SOLIDARIEDADE os cruzadores Vasco da Gama e Adamastor, a canhoneira Tejo e o Torpedeiro nº4. A agitação prolongou-se até ao dia 16 e estendeu-se ao quartel de Marinheiros de Alcântara e ao arsenal de

Marinha. As causas foram a dureza das condições de vida e a rigidez da disciplina de comandos despóticos, em especial do “Gato Preto” comandante do Dom Carlos.

Há que fazer referência também à atitude de apoio e incitamento da população de Alcântara e dos operários do Arsenal de Marinha, o que evidenciou claramente a identidade de classe social entre as praças (marinheiros) e o povo.

João Freire trata o caso com algum pormenor no seu livro “*A Marinha e o Poder Político em Portugal no século XX*”.

O que ocorreu foi uma genuína insubordinação militar, semelhante à do couraçado russo Potemkin de 1905 no Mar Negro muito mais conhecido e divulgado. Tal acontecimento foi sem dúvida precursor do 8 de Setembro de 1936 que hoje celebramos como Dia da Praça.

Nas Forças Armadas qualquer das classes profissionais é indispensável ao seu bom funcionamento, à segurança e operacionalidade.

As praças são a base dos Exércitos e das Marinhas, sem soldados e marinheiros as missões não seriam cumpridas.

Hoje com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, dos sistemas de automação e controlo e da informática, a tendência é para a redução das guarnições e da base da pirâmide, a par duma maior qualificação de todos os profissionais da base ao topo da hierarquia.

Apesar disso muitas missões não podem dispensar a presença no terreno ou junto das pessoas.

Sabemos que podem existir grupos e formas de actuação paramilitar mas isso nada tem a ver com Forças Armadas patrióticas estruturadas segundo os princípios indicados.

Hoje a formação é muito mais exigente sobretudo na base, levando a um aproximação na formação técnica das três classes profissionais, reconhecendo-se a sua igualdade em termos de dignidade e Direitos humanos o que levou a melhorias sensíveis no rancho igual para todos, no fardamento e nas condições de alojamento das praças.

O progresso verificado depois da II Guerra mundial foi enorme, a condição militar é reconhecida a todos os militares, o direito à carreira para todos é indiscutível, tem de existir mecanismos internos de mobilidade que permitam uma carreira com desenvolvimento regular e passagem duma classe a outra em certas condições.

Qualquer retrocesso é inaceitável em termos da dignidade do militar e da profissão.

Quem tiver autoridade moral para isso pode-nos pedir mais sacrifícios mas não pode desconsiderar ou atentar contra a dignidade dos militares, por menor que seja a sua hierarquia, se o fizer está a fragilizar a Instituição Militar e o próprio Estado de Direito.

A classe das praças em conjunto com as outras marcou a nossa história, em concreto no sec. XX, na transição da monarquia para a República, na defesa da República em diferentes momentos, no 25 de Abril e no processo de consolidação da Democracia.

Felizmente hoje começam a surgir trabalhos de investigação histórica e livros da autoria de praças que mostram o valor e a grandeza da sua participação na vida nacional.

Camaradas, não obstante a importância da afirmação da identidade própria, de que o Dia da Praça é elemento importante e da ostentação do brio de sermos o que somos, é fundamental que tenhamos consciência do conjunto integrado das Forças Armadas onde todos somos necessários e ninguém pode ser dispensado.

É essa noção e sentimento do conjunto que nos dá força para o cumprimento das missões, a defesa dos valores da solidariedade e da camaradagem. Não nos podemos focar excessivamente numa das partes, se tal acontecesse ficaríamos mais vulneráveis aos ataques de quem não hesita em atropelar valores e princípios para reduzir e enfraquecer as Forças Armadas, para quebrar a sua cadeia de responsabilidade e coesão.

Que a celebração deste dia contribua para o fortalecimento da nossa consciência e determinação patrióticas, no sentido da convergência das forças de todo o Aparelho de Estado para a salvaguarda da nossa identidade nacional, da nossa língua, da nossa cultura e da dignidade de Portugal, país respeitado entre iguais.

A credibilidade de Portugal passa pela credibilidade e dignidade do seu Estado e das suas Forças Armadas.

Honremos as Forças Armadas Portuguesas!

Honremos Portugal!

12 Setembro 2015

Martins Guerreiro